

Migração, identidade e políticas de desenvolvimento: configurações da formação social em uma cidade da Amazônia Legal Brasileira

Migration, identity and development policies: configurations of social formation in a Brazilian Legal Amazon Town

Natália Araújo de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir a formação de identidades sociais a partir da migração de grupos no contexto das políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira. Para tanto, baseia-se em pesquisa empírica realizada na cidade de Nova Xavantina/MT. Este município foi oficialmente construído a partir de duas formas de ocupação oficiais e, anterior a esses processos, já havia na região indígenas da etnia Xavante. A primeira forma de ocupação veio com a migração de nordestinos durante a Marcha para Oeste, um projeto nacionalista criado pelo presidente Vargas em 1938. A fim de incentivar a migração, o governo transformou estes migrantes em heróis nacionais, que, com valores de coragem e força, iriam ao interior do país para desbravá-lo. Durante a ditadura militar brasileira, gaúchos migraram para a cidade a partir de políticas de colonização que afirmavam que somente eles, filhos de imigrantes e por isso possuidores de valores inatos de trabalho e progresso, poderiam desenvolver o Centro-Oeste brasileiro. É importante ainda dizer que os Xavante foram transformados pelo governo Vargas em símbolo do verdadeiro índio brasileiro e vistos pelo governo militar como obstáculo ao desenvolvimento nacional. A partir do histórico de migração desses grupos se percebe claramente relações de dominação na qual o governo se utilizou de características ditas "inatas" para incentivar a migração e se apropriar do território indígena.

Palavras-chave: Amazônia Legal Brasileira. Migração. Identidade.

Abstract: This paper aims to discuss the formation of social identities after the migration of groups in the context of development policies for the Brazilian Legal Amazon. For that, it is based on empirical research carried out in the town of Nova Xavantina/MT. This town was built by two forms of official occupation and prior to these processes, there were indigenous Xavante in the land. The first form of occupation came with the migration of Northeasterners during the March to the West, a nationalist project created by President Vargas in 1938. In order to encourage migration, the government transformed these migrants into national heroes. The political speech claimed that the migrants, with courage and strength, would go to the interior of the country to pioneer it. During the Brazilian military dictatorship, gauchos migrated to the town because of policies of colonization that affirmed that only they, who were immigrant's children, would have innate values that would develop the Brazilian Midwest. It is also important to say that the Xavante were transformed by the Vargas government into a symbol of the true Brazilian Indian and viewed by the military government as an obstacle to national development. From the history of migration of these groups it is possibly to perceive relationships of domination in which the government used the so-called "innate" characteristics to encourage migration and to appropriate the indigenous territory.

Keywords: Brazilian Legal Amazon. Migration. Identity.

1 Introdução

O objetivo do presente artigo é discutir a formação de identidades sociais a partir da migração de grupos no contexto das políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira. Nesse sentido, o trabalho tem por base pesquisa empírica realizada em um pequeno município localizado no interior do Mato Grosso – Nova Xavantina. Esta cidade, que tem 20.639 habitantes (IBGE, 2017b) foi formada a partir de diferentes políticas de expansão da fronteira agrícola nacional, projetos desenvolvimentistas¹ que alegavam ser necessário povoar os “vazios demográficos” para que o Brasil pudesse se defender de inimigos estrangeiros que iriam ocupar aqueles espaços caso não fossem povoados.

Usando este discurso, o governo estadonovista de Vargas deu início à primeira política de desenvolvimento abordada nesta pesquisa – a Marcha para o Oeste, projeto nacionalista que previa a criação de colônias agrícolas em diferentes pontos do país, como na região Nordeste do Mato Grosso, onde a cidade alvo desta pesquisa está situada. O público alvo para participar destas migrações era composto principalmente por nordestinos e goianos que, fugindo da pobreza em seus estados de origem, partiram em direção ao Mato Grosso, incentivados por essas políticas, que os colocavam como bandeirantes e novos heróis que estariam protegendo o Brasil. Após algumas décadas eles passam a ser considerados pioneiros da cidade e se reconhecem a partir desta identidade.

¹ A ótica que paira sobre a discussão do que são projetos desenvolvimentistas vem de Bielschowsky (2000; 2012). Para o autor, a ideologia desenvolvimentista, que “[...] preconiza o suporte estatal aos investimentos necessários à transformação estrutural da economia (2012, p. 732)”, surge no Brasil no primeiro governo getulista a partir de diferentes fatores, como a crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior à Revolução de 1930. Em suas palavras (2000, p. 77), o desenvolvimentismo foi a “[...] ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros”. A intervenção estatal era vista como condição sine qua non para dinamizar a econômica nacional. Os governos nacionais seguintes dão continuidade a essa política, que perde sua força a partir dos anos 1980, em virtude da aceleração inflacionária, da crise externa e fiscal, do enfraquecimento do Estado desenvolvimentista, que resulta em estagnação.

A próxima política que atingiu diretamente essa região foi criada no contexto da ditadura militar brasileira, que lançou mão de colonizações oficiais e privadas para que as áreas da Amazônia Legal Brasileira se tornassem produtivas e rentáveis. Neste momento o grupo escolhido para migrar é composto principalmente por gaúchos, que começavam a protestar por acesso à terra em seus estados de origem (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Para que este grupo migrasse, havia um discurso que veiculava que apenas eles seriam capazes de fazer a região desenvolver e que levariam a civilização ao interior do país, pois eram filhos dos imigrantes italianos e alemães e intrinsecamente seriam trabalhadores.

Ao migrar para as novas áreas de fronteira agrícola, os nordestinos e goianos – que partiram a partir das políticas varguistas – e os gaúchos – migrantes do período da ditadura militar, encontram os “espaços vazios” ocupados por indígenas, em especial os Xavante², que haviam chegado à região em 1820, vindos do estado de Goiás e fugindo do contato com o homem branco. O governo varguista destacou os Xavante³ como legítimos índios do país, que deveriam ser exemplo na construção de um modelo de brasileiro (GARFIELD, 2000). Entretanto, para que pudessem ocupar seu lugar de honra como verdadeiro índio, deveriam ceder seus territórios. Já no período militar os Xavante são considerados apenas entraves ao progresso (GARFIELD, 2000).

No novo espaço, nordestinos e goianos incorporam a identidade atribuída de bandeirantes e heróis que serviram à pátria e que desbravaram o interior do país. Já os gaúchos pautam suas relações cotidianas a partir de uma perspectiva que os destaca

² Os Xavante, ou A'uwe (gente), como se autodenominam, é um grupo indígena que pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-jê, situados na Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Kuluene, Couto Magalhães, Batovi e Garças, no Nordeste mato-grossense. Dados IBGE (2010) mostram que a população Xavante somava 19.259 indivíduos em 2010, sendo esta a etnia com maior quantidade de indígenas no Mato Grosso e a 9ª etnia mais numerosa do Brasil. Eles estão distribuídos em 10 terras indígenas em diferentes municípios do estado.

³ Sigo a convenção etnográfica para a grafia dos nomes indígenas, definida durante a primeira reunião de Antropologia da Associação Brasileira de Antropologia em 1953. Assim, os nomes dos grupos indígenas se iniciarão com letra maiúscula e não terão flexão de gênero e de número.

como responsáveis pelo progresso da região devido a seu *ethos* de trabalho. Por fim, os Xavante entendem que são os primeiros e legítimos habitantes da cidade e norteiam sua interação cotidiana a partir desta perspectiva. Foi a partir dessa interação, advinda das políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira (criadas no contexto do início da era Vargas até o fim da ditadura militar), que Nova Xavantina foi formada (OLIVEIRA, 2010; 2017). É neste momento de encontros e desencontros que as barreiras que delimitam as identidades coletivas da cidade são demarcadas, afinal, a identidade é formada a partir da interação (JENKINS, 1996; 2000).

Ao narrar a história de Nova Xavantina a partir dos grupos que a ocuparam e que foram diretamente atingidos pelas políticas de desenvolvimento já citadas (Xavante, Pioneiros e Gaúchos), o artigo traz a reflexão feita a partir de pesquisa qualitativa realizada no município ao longo de 11 anos⁴, com a aplicação de técnicas de entrevista⁵ individuais e em grupo, entrevistas de grupo focal e observação⁶ de eventos públicos e privados⁷. A discussão é iniciada com os referenciais teóricos necessários para falar sobre identidade, mostrando a importância da interação para esta. Em seguida, as políticas que moveram migrantes a Nova Xavantina são

⁴ Os 11 anos aqui relatados fazem referência a pesquisas realizadas na cidade a partir de 2006 durante o trabalho de conclusão de curso e continuadas no mestrado e doutorado. O trabalho de conclusão de curso intitula-se *Lugares de memória, lembranças e esquecimento: um novo olhar para o turismo em Nova Xavantina*, defendido no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade do Estado de Mato Grosso em 2007. Já a dissertação, nomeada *Xavante, Pioneiro e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina* foi defendida na Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e a tese de doutorado é de 2017, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo título é *História, memória e exclusão: os Xavante e as políticas de desenvolvimento em Nova Xavantina-MT*.

⁵ Os nomes dos entrevistados foram trocados ou suprimidos com o intuito de proteger as pessoas envolvidas na pesquisa.

⁶ Observação é vista neste trabalho sob a ótica de Jaccoud e Mayer (2012), que a descrevem como a atividade de um pesquisador em observar pessoalmente situações e comportamentos pelos quais ele se interessa, sem reduzir-se a conhecê-los apenas a partir das categorias que são usadas pelos que vivem essas situações.

⁷ Observação em eventos públicos e privados realizados no município, tais como desfiles de aniversário da cidade, audiências públicas, Semana Farroupilha no Centro de Tradições Gaúchas da cidade, *Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste*, além de observação em escolas, bares, feiras. Para maiores detalhes, ver (OLIVEIRA, 2008; 2010; 2017).

apresentadas e posteriormente, analiso as identidades resultantes dessas políticas.

2 Identidade coletiva, interação e fronteiras simbólicas

Esse trabalho, ao falar de identidade, tem a intenção de focalizar o nós, explorando em especial as instâncias empíricas nas quais as identidades se manifestam, assim como realizado por Cardoso de Oliveira (2000). Nesses termos, identidade coletiva é vista por meio de uma ótica de contraste com o *outro*.

A identidade é o entendimento de quem nós somos e quem as outras pessoas são e, reciprocamente, o entendimento das outras pessoas de si mesmas e sobre os outros (o que nos inclui). Identidade social é o produto de acordos e desacordos, é negociável (JENKINS, 1996; 2000).

Para a formação da identidade é essencial a interação, o contato, que faz com que seja possível reconhecer semelhanças ou diferenças. Sobre esse aspecto, Agier (2001) ensina que o ponto de partida da busca da identidade coletiva é o fato de que somos sempre o outro de alguém. Desse modo, como assinala Pollak (1992), a construção da identidade constitui-se como um fenômeno que é produzido em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta.

Cardoso de Oliveira (1976, p. 5) afirma que “[...] quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição”. Para o autor, a identidade individual ou grupal não se afirma de forma isolada, pois há sempre a necessidade de um outro como contraponto.

Follmann (2001) contribui com a discussão ao lembrar que o conceito de identidade nasceu da ideia de interação e, nessa concepção, a identidade é uma constante costura que ocorre no relacionamento entre pessoas. A interação é vista aqui a partir da ótica de Goffman (1983, p. 23), que a descreve como:

[...] a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros.

É na interação que as fronteiras que delimitam as identidades são erguidas, separando ou juntando as pessoas em grupos nos quais se reconhecem. Além disso, é importante entender que as identidades não são dadas de uma única vez, mas são construídas e reconstruídas de forma dialógico-dialética no plano da linguagem e da intersubjetividade, de maneiras circunstanciais e processuais (WOORTMANN, 1995). Essa informação é importante em um trabalho como esse, que analisa a formação de identidades a partir da migração de grupos, dando atenção cronologia e a mudança de identidade ocorrida após a migração dos grupos.

3 A Amazônia Legal Brasileira e as políticas de desenvolvimento

Para falar sobre a formação de identidades sociais no contexto da ocupação da Amazônia Legal Brasileira é necessário inicialmente contextualizar como se deu a ocupação deste espaço e quais políticas de desenvolvimento foram criadas para que essa ocorresse. Para tanto, narro aqui a história de Nova Xavantina, cidade situada no interior do Mato Grosso e criada a partir dessas políticas, trazendo os acontecimentos históricos e concomitantemente os grupos migrantes ou diretamente atingidos por essas políticas e suas identidades.

Nova Xavantina é um pequeno município formado a partir de dois momentos oficiais de ocupação, a Marcha para o Oeste, projeto nacionalista do presidente Vargas, que levou vários migrantes à região e também durante as políticas de colonização empreendidas durante a ditadura militar brasileira, que queria ocupar o espaço e torná-lo rentável. Todavia, é indispensável saber que antes que essas políticas levassem migrantes à cidade, os Xavante já haviam chegado à região. É nesse contexto de formação de um município da Amazônia

Legal Brasileira que ancoro o debate para refletir sobre a migração de grupos e a formação de identidades sociais e étnicas.

A Amazônia Legal Brasileira é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, parte do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, e Tocantins. Sua delimitação não foi estabelecida a partir de aspectos biológicos, mas sim com base na organização e planejamento de políticas desenvolvimentistas, como será visto aqui.

O estado de Mato Grosso é o terceiro maior do Brasil em extensão territorial, ocupando uma área de 903.357km². Possui 141 municípios e se divide 05 mesorregiões, sendo uma delas a do Nordeste do Mato Grosso, também conhecido como Vale do Araguaia, no qual se encontra Nova Xavantina. Foi esta região que recebeu incentivos fiscais para sua ocupação a partir da década de 1940, com a Marcha para o Oeste do presidente Vargas e também durante a ditadura militar.

O município de Nova Xavantina tem extensão territorial de 5.527 km² e sua emancipação política ocorreu apenas em 1980, pois anterior a essa data a cidade era distrito do município de Barra do Garças, município mais populoso do Vale do Araguaia (58.974 habitantes) (IBGE, 2017a).

4 História de Nova Xavantina - MT

Os Xavante migraram para onde se localiza Nova Xavantina em 1820 fugindo de aldeamentos indígenas no qual foram confinados no estado de Goiás entre 1784 e 1788. Chegando ao novo espaço conseguiram viver em relativa paz por alguns anos até a década de 1940, quando políticas de desenvolvimento chegaram ao Nordeste do Mato Grosso para expandir a fronteira agrícola do país. O objetivo era desenvolver não só a região, mas todo o Centro-Oeste e Norte, e, para isso, era necessário ocupar os “imensos espaços vazios” que compunham tais paisagens. Como se sabe, estes “espaços vazios” já eram habitados por indígenas (GARFIELD, 2000; 2011; LOPES DA SILVA, 1998; MAYBURY-LEWIS, 1974; RAVAGNANI, 1991).

Nesse contexto, o presidente Vargas lançou a Marcha para o Oeste em 1938, um projeto nacionalista que declarava ser necessário povoar as áreas do Centro-Oeste brasileiro para assegurar a soberania do território nacional, protegendo-o de supostos invasores internacionais. Contudo, como comenta Fernández (2007), o projeto tinha por intenção, ao fim, transformar as áreas da região em empreendimentos agropecuários e para isso seria necessário tomar posse dos territórios indígenas.

No âmbito do projeto, colônias agrícolas seriam criadas em diferentes estados— Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás — e essas estariam “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas (...)” (BRASIL, 1941).

Nesse mesmo ano de 1938 foi criado o Departamento Nacional de Imigração e a Divisão de Terras e Colonização e, com esse órgão, a orientação das migrações internas passou a direcionar a população do Nordeste, assolado pela seca para a Amazônia, com o intuito de lotear os “imensos vazios do oeste” para explorar economicamente a região (ESTERCI, 1977).

Cinco anos após sua criação, a Marcha para o Oeste concretizou-se com a Expedição Roncador-Xingu, organizada em 1943. Essa era a parte prática da Marcha para o Oeste, sendo ela a responsável por abrir picadas e, assim, construir as primeiras estradas da região. Segundo os irmãos Villas Bôas (1994), que também participaram desta empreitada, a Expedição Roncador-Xingu tinha a atribuição específica de entrar em contato com os índios existentes na região e a Fundação Brasil Central, também criada naquele ano, tinha a função de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. Deste modo, o primeiro órgão era a vanguarda do segundo.

Para a divulgação da Marcha para o Oeste todo o aparato institucional do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi usado, com uma infinidade de publicações e programas de rádio incentivando o andamento da Marcha para o Oeste.

Como afirma Cancelli (1984), a campanha da Marcha para o Oeste foi uma das mais importantes empreitadas cívicas levadas a cabo pelo Estado. O programa contava com intelectuais, como Cassiano Ricardo – ideólogo do Estado Novo –, que comparava essas migrações para o interior com novas bandeiras. Ele escreveu sobre o tema no livro *A marcha para o Oeste* (1942), no qual afirma que a história do Brasil realmente começa com a entrada da primeira bandeira no sertão, cujo fato representou a primeira democracia racial nascida (por existir, segundo ele, negros e índios no comando das bandeiras) e que a bandeira criou a geografia brasileira e uniu as raças do país, além de ter povoado o território nacional.

Sobre a escolha dos nordestinos como alvo da campanha, Lenharo (1986, p. 97) comenta que nos ombros dos trabalhadores nordestinos foi posta a incumbência de conquistar a Amazônia e incorporá-la ao “todo orgânico” do país. O plano do regime de Vargas era prosseguir a obra de ocupação do Acre que havia sido iniciada por meio da exploração da borracha em anos anteriores. Assim, o passado foi reificado, reinterpretado de maneira a justificar as diretrizes políticas do que ocorria naquele momento. Logo “[...] o nordestino recebe o mandato porque ele é predestinado a essa obra missionária da conquista: seus antepassados já haviam aberto uma trilha que podia se perder. Da fuga da seca o nordestino heroicamente provocara o alargamento do corpo do país”. Lenharo (1986) ainda pontua que a fome, a seca, o sofrimento aos quais os nordestinos sempre foram impingidos deram lugar a dimensão mítica de uma participação que se torna impositiva, devido ao curso de uma tradição que transforma a migração e a conquista em uma obrigação patriótica.

O presidente Vargas buscava transformar o sertanejo em trabalhador, um modelo a ser seguido nacionalmente, ou seja, queria construir um homem novo. Logo, há uma estratégia político-ideológica de combate à “pobreza” do país, centrada na promoção do valor do trabalho (GOMES, 1999). Assim, trabalhar deveria ter uma conotação positiva e o trabalho seria civilizador e não um castigo. Esse homem novo seria reflexo de um povo unido, na construção de si e

solidariamente participando da obra de integração (COELHO, 2009). Nessa conotação dada pelo Estado Novo, o trabalho não seria somente um meio para “ganhar a vida”, mas, sobretudo uma maneira de se “servir à pátria” (GOMES, 1999). Logo, os nordestinos foram chamados “para servir à pátria”. Como comenta Cancelli (1984), a coragem dos desbravadores do sertão precisava ser revivida pelos futuros Pioneiros do Centro-Oeste, mesmo que esses, em sua maioria, fossem o flagelo da cidade grande e das agruras do Nordeste.

Acerca da participação dos nordestinos na Expedição Roncador-Xingu, conta um dos migrantes nordestinos:

Paulista era muito pouco [na Expedição], só a turma dos Villas Boas. Tinha mais nordestino, da Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambucano, alguns do Goiás. Paulista tinha muito pouco. O cabra, pra aguentar o que eu aguentei aí, tinha que ser muito macho, se não, não aguenta (Pioneiro Sebastião, em entrevista concedida em 2009).

Essa fala revela a apropriação do discurso federal ocorrido durante a migração desses homens. Esse discurso colocava-os como corajosos desbravadores do sertão, como novos heróis nacionais, e, desta forma, para ser herói tinha que ser “cabra macho”, tinha que aguentar com coragem as dificuldades encontradas, o que paulistas, em sua maioria, não conseguiam fazer.

O lançamento da Expedição foi feito em uma missa solene na Basílica de São Bento, em São Paulo. Os primeiros expedicionários saíram de São Paulo no dia 7 de agosto de 1943 e, depois de passar em Uberlândia (MG), foram a Barra do Rio das Garças – hoje Aragarças (GO), cidade vizinha a Barra do Garças (que fica a 150 quilômetros de Nova Xavantina). Saíram de lá no dia 4 de dezembro de 1943, chegando ao Rio das Mortes, onde hoje está Nova Xavantina, no dia 28 de fevereiro de 1944.

Dia 24 de maio de 1945 visitaram Nova Xavantina o presidente Getúlio Vargas e outras autoridades, além de representantes da imprensa, da *Agência Nacional, Noite e Globo*, entre outros. A comitiva percorreu, inicialmente, todo o

acampamento. Vargas, em seu discurso, fez alusão aos heróis do sertão, afirmando: “Deixo aqui o testemunho do meu apreço a estes destemidos patriotas desbravadores do sertão, continuadores dos sertanistas que conquistaram esta região no passado para que os atuais com seus sucessores continuem aqui uma nova civilização” (OLIVEIRA, 1976, p. 123).

Com a expansão da fronteira agrícola a partir do projeto Marcha para o Oeste, o contato com os Xavante se fazia imprescindível, o que aconteceu de forma pacífica somente no ano de 1946. Vale destacar que, na cosmologia Xavante, foram eles que amansaram os brancos. Sobre o assunto, um dos indígenas entrevistados é categórico ao explicar como se deram os contatos iniciais: “Aqui na Xavantina meu pai amansou branco. Meu pai amansou, por isso eu estou aqui” (Xavante Pedro, em entrevista concedida em 2015).

Esta informação é importante por revelar como os Xavante se veem perante a sociedade envolvente, desde a pacificação até os dias de hoje. Nesta perspectiva, os Xavante se veem como agentes do contato e decidem as ações necessárias para garantir o bom andamento das políticas indigenistas, sendo constante sua presença em Brasília a fim de negociar com a Fundação Nacional do Índio, que acreditam lhes pertencer.

Ainda mostrando a visão dos Xavante sobre esses primeiros contatos e sobre a história da cidade, seguem um depoimento:

[...] antigamente, nossos avós moravam ali embaixo. Antigamente existia a casa tradicional, aí quando os bandeirantes vieram e fizeram a estrada de Barra pra cá, pra São Félix, encontraram o primeiro habitante Xavante. Então, eles que colocaram o nome de Nova Xavantina. Antigamente não tinha estudo, por isso que não foi reivindicado pra acontecer a demarcação, então antigamente não tinha o estudo dos nossos avós que já tinham vivido aqui nessa região. Se tivesse conhecimento de requerer a demarcação e acontecer a reserva aqui em Nova Xavantina. Aí foi quando chegaram os bandeirantes, Xavante foram expulsos daqui, aí espalharam lá, na região de lá, e assim que foram afastando. E teve a negociação quando Xavante quando teve a intermediação dos padres salesianos, junto com a equipe da Expedição e negociaram com o governo do Estado e com o governo federal pra demarcar

fora daqui, foi assim que foram expulsos os Xavante (Xavante Aurélio, em entrevista concedida em 2015).

A fala do indígena ressalta uma relação de pertencimento com Nova Xavantina, destacando a cidade como território indígena, demarcando seus espaços e deixando claro que eles foram expulsos das áreas pelos bandeirantes, com a ajuda dos padres salesianos e do governo do Estado.

Para se apossar dos territórios Xavante e dar continuidade ao projeto de migração e ocupação da Amazônia Legal Brasileira, a política varguista colocava esses indígenas como exemplo mais sublime do autêntico brasileiro, visto que incorporavam o ideal das elites de uma essência indígena com suas contribuições valorativas para o caráter nacional brasileiro, pois seriam valentes, nômades, não corrompidos e amazônicos (GARFIELD, 2011).

Claro que essa idealização do governo quanto aos Xavante era fruto de uma ótica evolucionista, que entendia que o indígena alcançaria o status de homem civilizado e trabalhador nacional, dando exemplo aos demais cidadãos brasileiros. Para tanto, eles deveriam ser guiados pelo Estado e entregar suas terras a fim de ser parte desse projeto maior, da construção do modelo de homem brasileiro. Os Xavante, que não viam um líder em Vargas ou sequer se importavam com os valores nacionais, não acharam justo entregar seus territórios e lutaram, assim como o fazem até os dias de hoje, seja por meio de embates físicos, seja fazendo pressão política na capital do país (GARFIELD, 2011).

Os migrantes, que foram chamados inicialmente de bandeirantes, depois se transformaram funcionários da Fundação Brasil Central, o que lhes deu poder, prestígio e também status social (LIMA FILHO, 1998). Contudo, com as mudanças políticas ocorridas, esse órgão foi extinto em 1967 e outro criado, a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que absorveu parte dos trabalhadores da Fundação. Ainda, muitos deles foram aposentados compulsoriamente na mudança de um órgão ao outro.

Com a extinção da Fundação Brasil Central, uma parte de seu patrimônio, assim como de seu quadro permanente de pessoal, foi transferida para a Sudeco. Nesse processo de transferência de um órgão para outro, os documentos da FBC foram eliminados, o que é um reflexo dos novos planos que estavam sendo traçados para a Amazônia Legal, já no período da ditadura. Nesses, os chamados pioneiros, que migraram a partir das políticas do governo Vargas, não eram mais necessários. Algumas metas haviam sido cumpridas, como o contato com os indígenas, a criação de um campo de aviação, escolas, hospitais, estradas. Todavia, a fixação de duzentas famílias por ano nunca foi efetivada, visto que os núcleos populacionais foram criados, mas por muito tempo contaram apenas com os próprios funcionários dos órgãos oficiais, sendo vetada a entrada de outrem no espaço.

O povoado do Rio das Mortes, que mais tarde se transformaria em Nova Xavantina, assim como outros criados a partir dessa política de colonização do governo Vargas, não foi capaz de estabelecer padrões rentáveis de produção agrícola e não recebeu suporte para tanto. Sua população, por muito tempo composta apenas pelos próprios funcionários dos órgãos públicos, não alcançou o novo ideal de expansão da fronteira. Era necessário tornar a região produtiva, rentável, e, para isso, novas políticas desenvolvimentistas de colonização foram criadas durante a ditadura militar brasileira.

Um dos primeiros temas abordados assim que os militares tomaram o poder no Brasil era a segurança nacional. Para garanti-la era necessário, segundo os militares, transferir migrantes para a Amazônia brasileira a fim de mostrar aos países vizinhos, assim como aos Estados Unidos e à Europa, que o local possuía dono.

Para alcançar a segurança que se dizia ser necessária, diferentes ações foram tomadas, como a criação da Emenda Constitucional n.º. 18, de 1º de janeiro de 1965, que estendeu Amazônia Legal Brasileira incentivos fiscais e favores creditícios. Mais tarde o governo transformou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

(SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O novo órgão elaborava planejamentos quinquenais para valorizar a região.

Na década de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) foi criado e esse tinha por objetivo implantar projetos de colonização e estender a rede rodoviária nesta região. Outra medida adotada veio em forma de decreto, sob o n°. 59.428 de 27 de outubro de 1966 (BRASIL, 1966), que definia a colonização como uma atividade oficial ou particular para dar acesso à terra e torná-la rentável. Ademais, o mesmo decreto ainda anunciava estímulos às empresas de colonização particular que atuavam na região. Essas empresas particulares tornaram-se grandes negócios, no qual a terra do Mato Grosso foi vendida a preços baixos.

Dois argumentos eram usados para a ocupação da Amazônia Legal. Um deles declarava que, ao povoar o interior, o “território predestinado” seria ocupado e haveria uma defesa dos países fronteiriços. O segundo dizia que a redistribuição da população poderia por fim ao desequilíbrio econômico e demográfico, aproveitando-se os enormes recursos do seu vasto e inexplorado interior do Brasil. A ação de colonização culminaria na independência política e econômica do Brasil (DAVIS; MENGET, 1981).

Em decorrência dessa política econômica, o nordeste mato-grossense foi uma das regiões brasileiras mais beneficiadas pela política desenvolvimentista adotada no período pós-64 e que assumiu como meta prioritária a rápida ocupação da Amazônia. Nesse panorama, houve uma intensa migração espontânea e o município de Barra do Garças (do qual Nova Xavantina se emancipou em 1980) foi um dos que mais se transformou nas décadas de 70 e 80, com um crescimento populacional acelerado que fez com que a área passasse de uma população de 14.081 habitantes, em 1965, para aproximadamente 150.000 em 1978, como consequência direta da política de aplicação de benefícios fiscais. Nessa região, onde predominava a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, iniciou-se a dominação de grandes empresas nacionais e estrangeiras no início da década de 1970.

Nesse período a região se transformou numa das maiores produtoras de arroz do país (LOPES DA SILVA, 1998; MENEZES, 1982).

Como público alvo para participar dessa migração ao interior foram escolhidos os gaúchos, que começavam a se mobilizar para ter acesso à terra. Para exemplificar esse processo migratório, cabe aqui o trabalho de Tavares dos Santos (1993), que narra a saída de gaúchos de Tenente Portela (RS) para projetos agrícolas localizados no Vale do Araguaia. A cidade está situada na região do Alto Uruguai e suas terras pertenciam aos índios Kaingang e Guarani. Na década de 1950, com a crise na agricultura da região, os camponeses começaram a invadir as terras indígenas, sendo expulsos por estes na década de 1970⁸.

Cabe lembrar que nessa região sulista já havia problemas de minifúndio e êxodo rural. Por isso, desde 1962, os camponeses sem terra começaram a se mobilizar e formaram uma “Associação dos Sem Terra”, com cerca de dois mil agricultores. Essa associação tinha o intuito de reivindicar o acesso às terras públicas disponíveis na região. Já em janeiro de 1963, formou-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (IANNI, 1968). O regime militar autoritário coibiu as reivindicações dos camponeses, porém, no fim dos anos de 1960, os problemas ainda permaneciam insolúveis. Foi então que um grupo, coordenado pelo pastor luterano Norberto Schwantes, começou a procurar soluções.

Para o grupo, um dos empecilhos para o desenvolvimento da região era a falta de técnicas agrícolas mais avançadas e o grande número de minifúndios. A solução consistia em reduzir esse número e, para fazê-lo, propôs-se transferir metade da população rural para outras áreas e, posteriormente, aumentar o tamanho das terras exploradas para aqueles que permanecessem na região. Mais adiante, os responsáveis admitiram que

⁸ Schaefer (1985) afirma que esta expulsão dos brancos pelos indígenas foi induzida pela Funai, pela Igreja Evangélica Luterana e pelo ex-pastor luterano Norberto Schwantes (profundo conhecedor dos problemas fundiários daquela região). Segundo Ribeiro (1987), esta indução tinha como objetivo a saída dos camponeses para sua posterior realocação em projetos de colonização, surgindo em seguida proposta a esses colonos de transferência para outros estados, em especial para o Mato Grosso.

o objetivo da transposição era diminuir a “[...] tensão social de regiões críticas do Rio Grande do Sul devido aos minifúndios, transferindo a população para a Amazônia, a fim de preencher o vazio demográfico” (ARQUIVOS DA RÁDIO MUNICIPAL apud TAVARES DOS SANTOS, 1993, p.69).

Em 1971 eles organizaram a “Cooperativa de Colonização 31 de março (Coopercol)” para resolver a questão e 1972 foram expostos, na Assembleia da Cooperativa, dois projetos de colonização, um para agricultores com mais capital, em Barra do Garças, e outro para agricultores sem grandes recursos, no projeto da Transamazônica. Conta Tavares dos Santos (1993, p. 72) que a Coopercol possuía uma estratégia de difusão de mensagens favorável aos projetos de colonização muito convincente, valendo-se dos mais modernos recursos audiovisuais da época. Outra estratégia utilizada foi a leitura de cartas (triadas) na rádio da cidade, que relatavam experiências bem sucedidas de colonos que já haviam migrado. O Jornal da Terra, que circulava no município, constantemente divulgava mensagens ideológicas para incentivar a migração, afirmando o Gaúcho como “filho do imigrante”, rememorando datas importantes, como um “novo 25 de julho”, data de comemoração do começo da colonização alemã no Brasil. A partir de então, os colonos eram colocados como os heróis que iriam transformar espaços vazios em locais de civilização e desenvolvimento (RIBEIRO, 1987).

Os colonos começaram a migrar para o Mato Grosso a partir em julho de 1972 e outros no início de 1973. Por dois anos, esses viveram sob situação bastante difícil, morando em barracos, muitas vezes doentes (principalmente com malária). Os recursos financeiros que os mantiveram durante esse tempo foram trazidos da região de origem. Ao chegar à região de Nova Xavantina, os colonos encontraram o chamado espaço vazio ocupados por Xavantes e funcionários públicos que haviam migrado no governo Vargas. Posteriormente as lavouras deram certo e eles conseguiram se estabelecer no município, criando inclusive um Centro de Tradições Gaúchas – chamado de Centro-Oeste Pampeano (do qual se

falará adiante). Após certo período de boas colheitas o solo esgotou-se, o que resultou na diminuição do rendimento do arroz e também do seu preço. Calcula-se que, nessa época, quase metade dos colonos se endividou e a situação se agravou de tal maneira que o Banco do Brasil começou a confiscar as máquinas agrícolas dos inadimplentes.

Seu Ilmar, um dos que perdeu quase tudo na crise do arroz, explica o que ocorreu nessa época:

Nós tivemos um período que, pelas políticas agrícolas do governo, juros extorsivos em cima dos agricultores, quebrou muitos agricultores, inclusive eu. [...]. O banco me executou, eu perdi tudo que tinha. Hoje eu sou um cidadão que contribuiu muito para o desenvolvimento dessa região e não tenho uma moto pra andar. Então a história foi muito dolorida para essas pessoas que vieram do Sul do país para contribuir com esse estado [...] (Gaúcho Ilmar, em entrevista concedida em 2015).

Dentro desse contexto de migração dos gaúchos, os grupos que já estavam em Nova Xavantina foram desqualificados nas novas políticas de colonização. O acesso a um documento produzido na época pelo governo federal (Projeto Xavantina) afirmava ser necessário colonizar a então Vila de Xavantina por ela ser composta principalmente por funcionários da Sudeco, que seriam ociosos, sem iniciativa e dinamismo. Esses moradores, destacados como passivos, não deveriam receber lotes, pois não davam valor ao que tinham, tendo-se como parâmetro o estado de conservação de suas habitações. A Vila estaria morta e precisando de pessoas entusiasmadas para assumi-la e dar-lhe vida. O dinamismo ocorreria, ainda segundo o documento, quando fosse efetuada a abertura da nova parte da cidade e da chegada de novas pessoas (OLIVEIRA, 2010).

Analisando esse documento é possível notar que, para migrar ao Centro-Oeste, os migrantes foram chamados de heróis, bandeirantes, mas a partir do momento em que sua ocupação não interessava mais, fez-se necessário substituí-los pelos gaúchos, aclamados como detentores do progresso que iria modernizar Mato Grosso (OLIVEIRA, 2010).

5 Políticas de desenvolvimento, migração e identidade em Nova Xavantina

A partir de uma rápida explanação acerca da história de Nova Xavantina e, concomitantemente das políticas de desenvolvimento para o Centro-Oeste brasileiro, é possível ver a criação, o fortalecimento, o menosprezo e o embate entre diferentes identidades. A primeira delas aqui apresentada diz respeito aos Xavante.

Os Xavante não foram consultados acerca da ocupação dos seus territórios durante a política varguista, mas mesmo assim tiveram suas vidas completamente alteradas a partir desses contatos. Esse governo os colocou como autênticos brasileiros, que seriam o modelo de verdadeiro índio. O contato com os migrantes que chegaram a partir das políticas varguistas reforçou sua identidade de índio guerreiro, na qual eles se reconhecem. Um desses migrantes conta como foi na época de contato: “Os Xavante ficaram aqui na região deles, mais na beira do Araguaia, por aí, era uns índios perigosos (...) bravo. Mas eles já falavam português (...) mas eram perigosos. Eu sei que a gente sofreu muito, né” (Pioneiro Sebastião, em entrevista concedida em 2009). Essa fala revela que, apesar do Xavante ser categorizado como bravo, havia homens a sua altura, que sofreram para lidar com eles, mas que conseguiram obter um relacionamento amistoso, ou seja, *eles eram bravos, mas nós éramos corajosos*.

Esse processo de aproximação entre Pioneiros e Xavante revela, como salienta Follmann (2001), que a identidade é o conjunto de traços que resultam da interação entre os sujeitos, seja para diferenciarem-se um dos outros seja para estabelecerem laços de afinidade. Neste caso, a identidade de bravos é compartilhada, na visão dos Pioneiros, por Pioneiros e Xavante.

Falando dos Pioneiros e sua identidade, em 1987 eles criaram uma Festa no município – realizada até os dias de hoje – para celebrar sua memória e sua identidade, a *Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste*, criada como uma resposta a outra memória

que se estabelecia na cidade. Como já contado acima, na década de 70 os gaúchos chegaram ao município e começaram a se organizar para formar um CTG. Os Pioneiros, em resposta, sentindo que precisavam demarcar sua identidade na cidade, criaram a Festa.

Um dos idealizadores da Festa contou:

Nós criamos a primeira festa. Por quê? Porque os gaúchos, quando chegaram aqui, organizados como sempre foram e tal, criaram o CTG, fizeram aí aquela coisa tudo bonito. Aí o pessoal: gente, a turma não sei o quê os gaúchos, vamos fazer uma festa também dos Pioneiros, vamos fazer a festa dos Pioneiros (Pioneiro Hélio, em entrevista concedida em 2015).

A fala do entrevistado mostra como um grupo pode se posicionar para demarcar sua identidade e sua memória cultural no município, isto é, a identidade de pioneiros lhes pertencia e era necessário fazer algo em resposta à outra memória que começava a se estabelecer, a dos gaúchos que haviam chegado à cidade em anos anteriores e começava a se organizar. O evento representa a demarcação da memória coletiva de Nova Xavantina e tem grande significado simbólico aos que são homenageados naquele dia. Como conta um ex-presidente da Associação “[...] não é uma Festa corriqueira, está se promovendo um evento histórico. Festa dos Pioneiros da Marcha Para o Oeste é diferente das outras. Ela tem a finalidade de manter viva a Marcha para o Oeste e o carinho para com esses heróis” (Pioneiro Carlos, em entrevista concedida em 2015).

Em 1993 os Pioneiros se reuniram para criar uma associação, a Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste (APMPO), que tem por objetivo, de acordo com seu estatuto, “promover o resgate histórico de Nova Xavantina e de toda a região percorrida pelos Pioneiros da gloriosa ‘Marcha para o Oeste’” (ESTATUTO APMPO, 1993). De acordo com um de seus idealizadores (Pioneiro Carlos, em entrevista concedida em 2009), a agremiação foi criada para que a história dos Pioneiros e da própria cidade não acabasse: “Nós pensamos assim: - Gente, nossa história não pode acabar, porque toda cidade

tem uma história, e essa história não pode acabar”. Como se vê, há uma ideia coletiva desse grupo de que o pioneirismo da cidade está circunscrito a sua identidade coletiva.

Os gaúchos reconhecem a importância dos Pioneiros da Marcha para o Oeste na formação da cidade e afirmam que eles foram essenciais para que as primeiras estradas surgissem e eles pudessem chegar. Porém, atribuem a si mesmos o desenvolvimento da região e também se pautam como pioneiros da cidade, pioneiros do progresso.

A chegada dos gaúchos pra cá trouxe muito desenvolvimento para a cidade, aí veio cultivo da soja, do arroz, na época de 70, 80 se plantava muito arroz aqui, aí que veio soja. Aí com o plantio de soja e arroz e depois começaram com a pecuária. Então, o grande desenvolvimento mesmo da cidade de Xavantina foi na chegada dos gaúchos pra cá que trouxeram o cultivo da agricultura e pecuária (Gaúcho Almir, em entrevista concedida em 2015).

Ao falar do relacionamento inicial com os Pioneiros, um dos gaúchos entrevistado explica:

Não, com esses aí [Pioneiros] havia uma questão assim, o pessoal que veio do Sul, esses que vieram pela colonizadora, eles consideravam o povo daqui *preguiçoso*, fazia pouco, já existia uma certa discriminação, espécie de preconceito, não assim que influenciasse de ter assim uma inimizade, um confronto por parte deles que moravam aqui [...] eles elogiavam, né, o *trabalho desses Gaúchos, de Pioneiros, de desbravadores*, que enfrenta os desafios [...] (Gaúcho Roberto, em entrevista concedida em 2009).

Essa manifestação mostra como os moradores da região eram colocados pelas políticas de colonização e como os Gaúchos introjetaram esse discurso. É possível perceber as palavras “pioneiros” e “desbravadores” associadas a eles. Além disso, o discurso remete ao que era dito para que os gaúchos migrassem – que o local precisava de pessoas corajosas já que os moradores seriam funcionários públicos ociosos e sem iniciativa.

O estereótipo de que os gaúchos teriam um *ethos* de trabalho por serem filhos de imigrantes foram citados como componente da identidade gaúcha na cidade. Na fala de um migrante gaúcho:

Mudou muito [a cidade, após a chegada dos gaúchos], graças aos gaúchos. Não por querer desprezar as outras raças, mas graças aos gaúchos que vieram abrir todas essas fazendas pra plantar, pra produzir, então melhoraram muito, assim, mudou muito, muito mesmo. [...] não tem medo de fazer dívida, nem de trabalhar, né, um povo muito trabalhador, então foi muito bom esse povo vir pra cá, pra essa região toda (Gaúcho Márcio, em entrevista concedida em 2015).

Instalados no novo espaço, os gaúchos começaram a fincar suas raízes culturais na cidade. Para tanto, criaram em 1983 um CTG. É naquele espaço que as práticas culturais que representam a “identidade gaúcha” (de acordo com os gaúchos que moram na cidade) são celebradas.

[O CTG] Representa pra mim o segmento da minha cultura, lá eu encontro alegria, prazer de se chegar, porque pra mim aquilo lá é segunda casa minha, lá eu estou em casa. Lá eu tomo chimarrão, pratico meus esportes, baile, churrasco, costelão, Semana Farroupilha, que é a semana tradicionalista né. Semana Farroupilha é a história da Revolução Farroupilha que aconteceu em 1835 no Rio Grande do Sul e até hoje se comemora (Gaúcho Mauro, em entrevista concedida em 2006).

Conta um dos fundadores do CTG que a ideia era criar um local para as famílias gaúchas da cidade se reunirem. Segundo ele:

Um dos grandes problemas é que aqui não havia cultura. A cultura aqui é bem diferenciada. Um das coisas que mais me assustou quando eu vim pra cá foi (...) não ter um lugar onde as famílias se agregarem, um clube, como que se diz, sadio, por que não é, esses barzinhos aí, como é que eu vou te dizer, não havia muito clima familiar (Gaúcho Amauri, em entrevista concedida em 2006).

É interessante perceber, pela fala do entrevistado, que o fato de não haver cultura na região desconsidera que a população que já residia no espaço, os chamados Pioneiros, tivessem alguma cultura. Na verdade não havia um símbolo da “cultura gaúcha” no qual os migrantes se reconhecessem e que pudesse ser expresso a todos. Faltava algo à cidade, faltava um local onde fossem promovidas as “[...] tradições, histórias, lendas canções e danças, usos e costumes do Rio Grande do Sul” (ESTATUTO

DO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS “CENTRO-OESTE PAMPEANO, 1986, p. 03). Logo, o migrante gaúcho, ao chegar a este espaço, objetiva se diferenciar dos outros e, para isto, desqualifica-os, mostrando, como afirmou Brandão (1986), que a identidade é o próprio reconhecimento social da diferença, sejam os valores positivos ou negativos de diferenciação.

6 Considerações finais

O deslocamento de diferentes grupos a partir de políticas nacionais de desenvolvimento possibilita compreender a identidade migrante a partir de uma ótica de transformação, como ocorreu com nordestinos e goianos integrantes da Expedição Roncador Xingu – que passaram de pobres a heróis nacionais. Permite ainda perceber a utilização, pelos proponentes das colonizações, da essencialização de um grupo cultural para incentivar a migração.

Nesse sentido, os Pioneiros da Marcha para Oeste revelam orgulho por terem “respondido” ao chamado nacional do presidente Vargas, como visto ao longo do trabalho. Assim, o pioneirismo é afirmado como parte de sua identidade coletiva e pertence unicamente a seu grupo, mesmo que tal afirmação receba contestações. Assim, ter participado de eventos referentes à Marcha para Oeste é o delimitador da fronteira “ser pioneiro”. Logo, por mais que outros tenham realizado feitos importantes para o município, somente eles são pioneiros da cidade, com fronteiras simbólicas que envolvem a participação em uma determinada época vivida coletivamente por um grupo. E, para demarcar essa identidade, realizam anualmente uma Festa e fundaram uma Associação.

Enquanto isso, os Gaúchos também migraram para a região atendendo a chamados nacionais para povoar a Amazônia Legal e levar o progresso a uma região apresentada como inóspita e atrasada, por ser habitada por indígenas e por homens ociosos. Desse modo, frequentemente atribuem o pioneirismo da região a si próprios, pois foram eles que, com seus valores de trabalho e coragem, desenvolveram o

espaço. Sendo assim, sua identidade está pautada nesta perspectiva.

Já os Xavante destacam a ausência de reconhecimento da sua identidade e seu pioneirismo no município, evidenciando uma invisibilidade que nega o nome da própria cidade. Igualmente, há ainda o fato de que os Xavante não vieram para a região de Nova Xavantina com o intuito de realizar sonhos de prosperidade econômica nem em nome de um pátria constituída modernamente como estado-nação. Sua perspectiva de civilização, assim como de vida cotidiana é outra e eles não compartilham dos ideais não indígenas de progresso, domínio e transformação.

Finalizando e reproduzindo o pensamento de Agier (2001) acerca das cidades, noto que Nova Xavantina permitiu o encontro de indivíduos que trouxeram consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais assim como suas redes de relações familiares. Desse modo, desenvolveram-se nesta cidade, na prática, os relacionamentos entre identidades e, na teoria, a dimensão relacional da identidade. Esses relacionamentos alteraram ou modificaram os referentes dos pertencimentos originais (étnicos e regionais) e essas transformações atingiram os códigos de conduta, as regras da vida social, os valores estabelecidos, entre outras formas culturais que norteiam a vida de cada um.

7 Referências

- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, n.7, 2001, p.7-33.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. Decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Econ. soc., Campinas*, v. 21, 2012, p. 729-747. Disponível

- em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400002&lng=pt&nrm=iso>.
Acesso em: fev. 2018.
- _____. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CANCELLI, Elizabeth. Estratégia para o flagelo. Campinas. 1984. 118 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1984.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. Os (des)caminhos da identidade. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 7-21, 2000.
- COELHO, George Leonardo Seabra. Cassiano Ricardo: Marcha para Oeste e Martim Cererê um projeto de Estado autoritário. In: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2009, Goiânia.
- DAVIS, Shelton; MENGET, Patrick. Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil. In: JUNQUEIRA, Carmem; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). Antropologia e indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortez, 1981, p. 37-65.
- ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PIONEIROS DA MARCHA PARA O OESTE. Nova Xavantina: [s.n.] 1996.
- ESTATUTO DO CTG – Centro de Tradições Gaúchas Centro-Oeste Pampeano de Nova Xavantina. Nova Xavantina: [s.n.] 1986.
- ESTERCI, Neide. O mito da democracia no país das Bandeiras. Pesquisa antropológica, Rio de Janeiro, n. 18, 1977.
- FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon. J. C. Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. 2007. 262 f. Tese (Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.
- FOLLMANN, José Ivo. Identidade como conceito sociológico. Revista Ciências Sociais UNISINOS. São Leopoldo, UNISINOS, v. 37, n. 158, 2001, p. 43-66.
- GARFIELD, Seth. A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988). São Paulo: UNESP. 2011.
- _____. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-42, 2000.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999, p. 53- 72.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mato Grosso, Barra do Garças, infográficos: dados gerais do município. Cidades@. [S.l.], 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510180>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- _____. Mato Grosso, Nova Xavantina, infográficos: dados gerais do município. Cidades@. [S.l.], 2017b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=510625>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- _____. Estudos especiais, o Brasil indígena, povos indígenas. 2010. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias>>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 254-294.
- JENKINS, Richard. Categorization: identity, social process and epistemology. 2000. Disponível em: <<http://csi.sagepub.com/cgi/content/abstract/48/3/7>>. Acesso em: 4 abr. 2013.
- _____. Social identity. London: Routledge, 1996.
- LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste: os anos 30. 2 ed. Campinas: ed. UNICAMP, 1986.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Pioneiros da Marcha para o Oeste: memória e identidade na Fronteira do Médio Araguaia. 1998. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1998.
- LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de história Xavante: In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 357-378.

- MAYBURY-LEWIS, David. A sociedade Xavante. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- MENEZES, Cláudia. Os Xavante e o movimento de fronteira no leste mato-grossense. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 25, 1982, p. 63-87.
- OLIVEIRA, Acary de Passos. Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição. s. ed. Goiânia, 1976.
- OLIVEIRA, Natália Araújo de. História, memória e exclusão: os Xavante e as políticas de desenvolvimento em Nova Xavantina – MT. 282f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.
- _____. Lugares de memória, lembranças e esquecimentos: um novo olhar para o turismo em Nova Xavantina/MT. 151f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Nova Xavantina, 2007.
- _____. Xavante, Pioneiros e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina/MT. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2010.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A experiência Xavante com o mundo dos brancos. Araraquara: UNESP, 1991.
- RIBEIRO, Iselda Corrêa. Pioneiros gaúchos: a colonização do norte mato-grossense. Santa Maria: Tchê! Editora, 1987.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social de política do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, vol. 1.
- SCHAEFER, José Renato. As migrações rurais e implicações pastoris: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso. São Paulo: Loyola, 1985.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente de. Matuchos: exclusão e luta – do sul do Pará à Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.
- VILLAS BÔAS, Cláudio; VILLAS BÔAS, Orlando. A Marcha para o Oeste. 5. ed. São Paulo: Globo, 1994.
- WOORTMANN, Klaus. A. Breve contribuição pessoal: discussão Sobre a formação de antropólogos. Série Antropologia. n. 182, Brasília, 1995.